



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA E RISCOS

Extrato da Ata da 1ª reunião – 2023

#### 1) IDENTIFICAÇÃO:

**Data/Hora/Local da Reunião:**

20/04/2023 – 14hs – Presencial/Videoconferência

**Participantes (Membros):**

SECPRES - Josmar Ambrus

SECCRE- Mônica Miranda Gama Monteiro, representada pelo servidor Guilherme Babora do Carvalhal

SECAD – Lilian Gasparin

SECGP- Gabrielle Ana Selig Shiohara

SECPLEI- Solange Maria Vieira

SECOFC – Helton José Sanchez, representado pela servidora Cecília Maria Wosch Crisóstimo

SECTI - Gilmar José Fernandes de Deus

SECJUD - Danielle Cidade M. Maemura

CCS – Rubiane Barros Barbosa Kreuz

CSTIN – Flávio Henrique Marçal Rodrigues

COEJE – Jillian Roberto Servat, representado pela servidora Ana Paula Winters Bosco Scuissiatto

ASJUR - Daniele Cristine Forneck Franzini

CPEG – Diogo Sguissardi Margarida

Cartório da 010ª ZE da Lapa – Dieison Picin Soares Bernardi

**Presentes também:**

- Secretária de Auditoria Interna: Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira
- Chefe do Gabinete da Presidência: Marluze Mathias Janke Toigo
- Chefe da Seção de Apoio à Governança das Contratações: Marcio Carvalho Jardim
- Servidora da Seção de Planejamento Estratégico: Heloísa Helena de Oliveira Coelho
- Servidoras da Seção de Apoio à Governança Institucional: Luciana Campanholi, Silvana Silva de Paula e Kelly Padilha Lopes, responsável por secretariar os trabalhos.

**Pauta/Finalidade:**

1. Tratar a respeito da capacitação de porta-vozes na capital e interior, prevista na programação de 2023 (PAD 28.338/2022 - Matriz de Riscos 2022/SECOM).
2. Informar acerca da inclusão, no Plano Anual de Capacitação 2023, de cursos voltados ao desenvolvimento da liderança e substituição das chefias.
3. Apresentar o monitoramento e o plano de ação da SECAD, realizado pelo sistema de gestão dos riscos, disponibilizado pelo Ministério da Economia, visando a implantação da nova Lei de Licitação.
4. Propor a atualização da aba **Transparência e Prestação de Contas**, em razão da [IN TSE nº 10/2022](#) (Regulamenta a gestão de conteúdo dos Portais da Justiça Eleitoral).
5. Divulgar os 2 (dois) riscos que serão mapeados e tratados pelas Secretarias em 2023.
6. Indicadores Estratégicos 2021-2026.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

7. Plano de Gestão 2022-2023.
8. Ranking da Transparência CNJ 2023.
9. Prêmio CNJ de Qualidade 2023 – Portaria CNJ nº 82/2023.
10. Metas Nacionais 2023.
11. Relatório de Gestão 2023 (ano base 2022).

### 2) DEBATE:

1. Informado acerca da união dos Comitês de Gestão de Riscos e de Gestão Estratégica.
2. Relatado que de acordo com a Resolução da Governança TRE-PR nº 876/2021, as Comissões permanentes, exigidas pelo CNJ, devem publicar em ano eleitoral, no mínimo 3 extratos de reuniões na *internet*, e em anos não eleitoral, 4 extratos de reuniões.
3. Comunicado que o Presidente fez a indicação do sucessor do Dr. César Guizoni, para atuar como Juiz de Cooperação de 1º Grau.
4. Noticiado acerca do trabalho realizado pela Assistência de LGPD e Processos de Segurança da Informação - ALGPDPSI em parceria com o Núcleo LIODS, em relação ao Mapeamento de Processos, realizado na Central de Atendimento, pautado na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. Sugerido que seja feito o mapeamento dos processos de trabalho das ocupações críticas e imprescindíveis ao Tribunal.
5. Destacado que um dos riscos que será monitorado pela SECOM em 2023 é a necessidade de Capacitação dos porta-vozes/fontes, autoridades e servidores, da capital e do interior, com o objetivo de combater a desinformação eleitoral.
6. Pontuado que em maio/2023 haverá capacitação aos novos juízes eleitorais, com base no programa da ENFAM de 2021. Informado também acerca do curso voltado para o desenvolvimento de liderança, que será aplicado aos chefes titulares.
7. Ressaltado que o site do governo possui um sistema de gestão de riscos, disponibilizado pelo Ministério da Economia, voltado à implantação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Anunciado que a SECAD iniciou em 2022 o monitoramento dos riscos, com o uso da referida plataforma.
8. Sugerida, pela SECPRES, a atualização da Aba Transparência e Prestação de Contas, em razão da IN TSE nº 10/2022 (Regulamenta a gestão de conteúdo dos Portais da Justiça Eleitoral). Destacada a atividade que está sendo realizada por um grupo de servidores e empresa contratada, para atualização da página da *intranet*.
9. Ressaltado que cada Secretaria deve indicar 2 riscos para serem mapeados e tratados em 2023.
10. Apontados os dois riscos que serão monitorados pela SECCRE: **a)** operações equivocadas no final de prazo e **b)** acompanhamento das atualizações dos sistemas de atendimento ao eleitor (ELO – Título Net).



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

11. Discorrido acerca da mensuração do resultado dos 34 indicadores previstos na Portaria TRE-PR nº 451/2022 (Atualiza o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Paraná 2021-2026, constante do anexo da Portaria nº 311/2021).
12. Tratado sobre o Plano de Gestão 2022-2023, previsto na Portaria TRE-PR nº 321/2022. Relatado que em 2023 o plano prevê a continuidade de 27 ações e 41 atividades, sendo que várias já estão em andamento.
13. Destacado a respeito do Ranking da Transparência do Poder Judiciário – Ano 2023, instituído pela Portaria CNJ nº 57/2023, que conta com 84 questões, sendo 77 aplicáveis à Justiça Eleitoral.
14. Informado que no resultado do Prêmio CNJ de Qualidade 2022, o TRE-PR foi 1 dos 6 tribunais que obteve o Selo Diamante e no geral ficou em 3º lugar. Ressaltado que, em relação ao Prêmio CNJ de Qualidade 2023, previsto na Portaria CNJ nº 82/2023, o total de pontos é 1715, sendo: a) Eixo Governança: 390 pontos; b) Eixo Produtividade: 625 pontos; c) Eixo Transparência: 120 pontos e d) Eixo Dados e Tecnologia: 580 pontos.
15. Discorrido sobre o Relatório de Gestão 2023 (ano base 2022), com os seguintes destaques: a) Regulamentação: IN TCU nº 84/2020 e DN nº 198/2022; b) Publicação em 29/03/2023; c) Versão atualizada em 11/04/2023 (PAD 33008/2022).
16. Informado que a partir de 2022 o CNJ determinou apenas a publicidade do Certificado de Auditoria, que é a conclusão da auditoria, em relação às pautas do exercício anterior. Relatado que a SECAUDI, em parceria com a CPEG, está realizando consultoria a respeito do Relato Integrado.

### 3) DELIBERAÇÕES:

1. Indicar 2 riscos para serem mapeados e tratados em 2023.
2. Confirmar o nome do magistrado indicado para atuar como Juiz de Cooperação de 1º Grau.
3. Informar as atividades previstas no Plano de Gestão 2022/2023, que serão concluídas em 2023.
4. Atualizar a [Portaria TRE-PR nº 33/2020](#) e manter a publicação dos extratos das reuniões.
5. Informar que as Comissões consideradas obrigatórias pelo CNJ, devem publicar na *internet*:
  - Ano não eleitoral: 4 extratos de reuniões
  - Ano eleitoral: 3 extratos de reuniões.
6. Mapear os Processos de trabalho, referentes aos seguintes temas: **a)** Ocupações críticas e imprescindíveis ao Tribunal, **b)** Plano de Sucessão.
7. Definir cronograma de treinamento aos magistrados e servidores sobre “Media training”, para o 2º semestre de 2023, ou 1º semestre de 2024. Verificar se poderão ser incluídos os



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

promotores de justiça.

8. Firmar parceria com o TJ/PR, para autorizar a inclusão da temática referente à “media training”, no curso de formação dos magistrados, módulo de direito eleitoral, promovido pela ENFAM.
9. Propor sugestões de melhorias e a atualização da Aba **Transparência e Prestação de Contas**, em razão da [IN TSE nº 10/2022](#).

#### 4) ENCERRAMENTO:

Concluídos os trabalhos, eu, Luciana Campanholi, Servidora da Seção de Apoio à Governança Institucional, lavrei o presente extrato que, conforme deliberado, será publicado na página de Internet deste Tribunal.